



POLÍTICAS EDUCATIVAS

XXI GOVERNO CONSTITUCIONAL | PERGUNTAS E RESPOSTAS

O QUE TEM FEITO O GOVERNO, NA SUA POLÍTICA EDUCATIVA, RELATIVAMENTE AOS PROFESSORES?

O Governo tem implementado várias medidas que valorizam positivamente a carreira docente

- **Combate à precariedade no Ensino Público** com a vinculação de 7.000 professores, anteriormente precários, em apenas dois anos;
- **Reposicionamento de 7.000 docentes**, implicando aumentos salariais;
- **Fim da Bolsa de Requalificação de Professores** (antiga 'Mobilidade Especial');
- **Melhoria sucessiva da norma-travão (de 5 anos e 4 renovações para 3 anos e 2 renovações)**;
- **Melhores condições de reposicionamento aquando da vinculação**;
- **Recuperação de rendimentos**, com a eliminação dos cortes e da sobretaxa;
- **Aumento do número de docentes** nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público;
- Criação do **Grupo de Recrutamento de Língua Gestual Portuguesa** que reconhece aos formadores de Língua Gestual Portuguesa (LGP) a integração na carreira docente, criando, para o efeito, o respetivo grupo de recrutamento;
- Regularização da situação dos **docentes dos Grupos de Música e Dança**;
- **Aprovação do descongelamento das carreiras (46.000 professores progridem já em 2018)**;
- Regulamentou-se o **estatuto da carreira docente**, permitindo quer o acesso ao 5.º e 7.º escalões, quer o reposicionamento dos professores aquando da sua vinculação, incluindo-se o período de tempo de serviço anterior à profissionalização;
- Foi feito um investimento de 21 milhões de euros em **formação contínua** para professores e outros trabalhadores das escolas, reconhecendo-se a formação como um direito dos trabalhadores, ao qual devem ter acesso gratuitamente, e apostando-se em formação relevante, com qualidade e impacto, num trabalho desenvolvido em estreita articulação com os Centros de Formação dos Agrupamentos de Escolas;
- Foram repostas as regras sobre os **intervalos do 1.º ciclo** e regularizados os **calendários do 1.º ciclo e da educação pré-escolar**;
- Foi negociado um Despacho de **Organização do Ano Letivo**, que tem em conta a necessidade de regular os horários dos professores, clarificando a distinção entre componente letiva e não letiva e promovendo momentos de trabalho colaborativo entre docentes no horário dos professores, entre outras medidas.

QUAL É, ENTÃO A QUESTÃO LEVANTADA PELOS SINDICATOS?

A questão levantada nos últimos tempos e que tem originado a divergência entre os sindicatos e o Governo é a Recomposição da Carreira. Esta questão é uma questão nova, não prevista nem no programa de Governo nem em nenhum acordo, e que implica a contabilização do tempo durante o congelamento de carreira que agora terminou.

MAS O GOVERNO NÃO QUER CONTABILIZAR QUALQUER TEMPO?

A atitude do Governo sempre foi a de querer negociar esta matéria. Em matérias que implicam a mobilização de recursos adicionais, onde há vontade política, mas não basta a vontade política, é preciso negociar. A 17 de novembro de 2017, o Governo reuniu com as estruturas sindicais representativas dos professores para encontrar uma base negocial que fosse pressuposto de uma futura negociação. Nessa reunião foi assinada um “Declaração de Compromisso” que, entre outros aspetos, determinava, quanto à questão da recuperação do tempo de serviço, o seguinte: “a fim de mitigar o impacto do congelamento que agora cessa, no âmbito da ponderação da especificidade da carreira docente, designadamente da sua estruturação numa única categoria e de um modelo de desenvolvimento remuneratório que conjuga diversos elementos, desenvolver um processo negocial setorial nos seguintes termos:

- a) definir como base negocial para a construção do modelo três variáveis fundamentais: o tempo, o modo de recuperação e o calendário em que a mesma ocorrerá;
- b) negociar nos termos da alínea anterior o modelo concreto da recomposição da carreira que permita recuperar o tempo de serviço;
- c) garantir que desse processo não resultam ultrapassagens;
- d) iniciar a recomposição da carreira já em 2018, através do reposicionamento previsto na nova formulação do número 2 do artigo 36.º da proposta de LOE;
- e) do modelo resultará a distribuição no tempo dos impactos orçamentais associados, num quadro de sustentabilidade e de compatibilização com os recursos disponíveis face à situação financeira do país, com início da produção dos seus efeitos nesta legislatura e prevendo-se o seu final no termo da próxima”.

O GOVERNO INCLUIU A CONTAGEM DA TOTALIDADE DO TEMPO NO ORÇAMENTO DO ESTADO DE 2018?

Não, aquilo com que o Governo se comprometeu foi a definir o prazo e o modo para esta contagem, tendo em conta a sustentabilidade e os recursos financeiros disponíveis. No artigo 19º da Lei do Orçamento do Estado 2018 pode ler-se:

“A expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis.”

O GOVERNO CONSIDERA QUE NÃO SE DEVE CONTABILIZAR ESSE TEMPO?

O Governo propôs a recuperação de 2 anos, 9 meses e 18 dias de tempo de serviço, mas da parte dos sindicatos não houve nenhum passo de aproximação.

COMO CHEGOU O GOVERNO A ESTE NÚMERO?

O Governo chegou a este número assente em critérios de **sustentabilidade e de compatibilização com os recursos disponíveis** (tal como é imposto pelo artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado), mas também em critérios de equidade. Equidade e justiça tendo em conta a comparação entre carreiras da Administração Pública. A proposta do Governo, assente numa ideia de justiça e equidade, passa pela recuperação de 70% do escalão de quatro anos, ou seja, 2 anos, 9 meses e 18 dias. Por outras palavras: nas carreiras gerais 7 anos são 70% de um escalão, logo, da mesma forma, a proposta apresentada pelo Governo representa 70% do escalão da carreira docente.

EM QUE PONTO ESTÃO AS NEGOCIAÇÕES ENTRE GOVERNO E SINDICATOS?

O ministério e os sindicatos voltaram a sentar-se, a 11 de julho, à mesa das negociações, tendo concordado com a criação de uma **Comissão Técnica Conjunta**, com membros do ministério e dos sindicatos, para analisar os custos reais da recuperação do tempo de serviço congelado, para poder avaliar o prazo e o modo da contagem do tempo de serviço, não pondo em causa a sustentabilidade das contas públicas.

ESTÁ O GOVERNO A FALHAR AOS COMPROMISSOS CONSTANTES NO SEU PROGRAMA DE GOVERNO?

Não. O Governo está a cumprir o previsto no seu programa de Governo, nomeadamente:

- Revisão dos **Contrato de Associação** com o ensino cooperativo e privado com vista a uma maior democratização do acesso ao ensino e a uma melhor gestão dos recursos financeiros existentes. Assim, só recebem financiamento público turmas de início de ciclo onde haja carência de oferta pública;
- Criação do **Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória** que define a matriz comum dos conhecimentos, capacidades e atitudes a desenvolver todos os alunos durante os 12 anos de ensino obrigatório;
- Foi facultada às escolas a liberdade para o desenvolvimento do currículo com mais **autonomia e flexibilidade**, alargando-se à escola pública instrumentos de trabalho até aqui reservados ao ensino particular e cooperativo. Temos hoje um currículo que potencia aprendizagens mais profundas, trabalho interdisciplinar, mais trabalho experimental, reforço da componente artística, trabalho de projeto e o desenvolvimento de competências como a resolução de problemas, a comunicação, a criatividade e o pensamento crítico. Assume-se assim a centralidade das escolas, dos seus alunos e professores, permitindo a gestão do currículo de forma flexível e contextualizada;
- **Orçamento Participativo das Escolas** – neste segundo ano, dotado de 1 milhão de euros – cujo objetivo é incentivar a participação ativa nas escolas pelos alunos e a compreensão dos sistemas de votação e da democracia. São os alunos quem tem as ideias de investimento, quem as propõe e promove e, finalmente, quem vota. No ano passado, o orçamento participativo abrangeu mais de meio milhão de alunos, que apresentaram quase 5 mil propostas;
- Foi criado mais um escalão de **Ação Social** Escolar para pagamento de manuais escolares e passou a financiar-se as visitas de estudo destes alunos;
- Passaram a ser garantidas refeições para todas as crianças, mesmo durante os momentos de pausa letiva;
- Discriminação positiva nas escolas em **territórios de baixa densidade**, nomeadamente no interior, e nos **Territórios Educativos de Intervenção Prioritária** (TEIP);
- Os alunos com **carência socioeconómica** passaram a ter prioridade na escolha da escola, introduzindo-se também instrumentos que impedem moradas falsas, visando-se a eliminação de práticas segregatórias nos processos de matrículas e promovendo a transparência e o combate à fraude;
- Definição de **ementas tipo**, para garantir a qualidade nutricional das refeições servidas nos estabelecimentos de ensino e formação;
- **Redução do número de alunos por turma e do número de turmas mistas**, permitindo melhor acompanhamento do corpo docente aos alunos, suas necessidades e expectativas;
- **Gratuidade dos manuais escolares** do 1.º e 2.º ciclos, e passando-se a oferecer a todos os alunos, a partir do próximo ano, licenças para acesso a recursos educativos digitais;

- Criação de **Apoio tutorial específico para alunos com duas ou mais retenções**, para que os alunos definam ativamente objetivos, estratégias apropriadas, e planeamento do seu tempo, organizando e priorizando materiais e informação. Beneficiam deste recurso, que pretende diminuir as retenções e o abandono escolar precoce, mais de 21 mil alunos;
- Definição da **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania**, que sublinha a importância da Educação para a Cidadania Democrática e para os Direitos Humanos, desde o pré-escolar até ao final da escolaridade obrigatória, no âmbito da educação formal e não formal. Os alunos desenvolvem e participam ativamente em projetos de promoção e construção de sociedades mais justas e inclusivas, no quadro da Democracia, do respeito pela diversidade e da defesa dos direitos humanos;
- Introduziu-se **permeabilidade entre cursos do Ensino Secundário**, alargando o leque de opções dos alunos;
- Investiu-se em **instrumentos de avaliação externa e interna mais formativos**, cobrindo todas as áreas curriculares, testando dimensões performativas e áreas como a compreensão e produção oral nas línguas estrangeiras, e potenciando uma intervenção atempada na deteção de dificuldades de aprendizagem;
- Após ampla discussão, aprovou-se um **regime legal para a educação inclusiva**, apostando-se numa escola que não deixa ninguém de fora e num currículo adequado às necessidades de cada um;
- Foi implementado o **Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar**, com reforço de professores, com a implementação de 2915 medidas localmente decididas pelas escolas para agir ao primeiro sinal de dificuldade. A coordenação deste Plano acompanhou, proximamente, o desenvolvimento dos planos municipais e intermunicipais desenvolvidos em complementaridade e convergência com os Planos de Ação Estratégica das escolas. A este plano foram afetados 528 professores e técnicos. Este Programa, ao fim de dois anos, reflete-se na mais baixa taxa de insucesso e abandono escolar desde que há registo;
- Foi lançado o **Plano Nacional de Leitura para os próximos 10 anos**, alargando o espectro de ação a novas literacias, à leitura pelos adultos e estreitando laços com a promoção de literacia científica;
- Lançaram-se referenciais para “**aprender com a Biblioteca Escolar**” e para a promoção de trabalho interdisciplinar através da Rede de Bibliotecas Escolares;
- Definiram-se **Aprendizagens Essenciais**, num trabalho participado pelas associações profissionais, para responder ao problema reconhecido de extensão dos programas;
- Valorizou-se o **Ensino Profissional**, através do alargamento de turmas, mas sobretudo com a extinção de requisitos discriminatórios no acesso ao ensino superior, com a promoção de instrumentos de divulgação da oferta formativa – o Portal da Oferta Formativa, com a formação dos responsáveis pela orientação vocacional e com a introdução de critérios de estabelecimento da rede de cursos profissionais que tem em curso a sua adequação às necessidades dos territórios e das empresas;
- Porque a qualidade das escolas se mede não por uma lista hierarquizada calculada em função das notas de alguns exames, mas pelo quanto os alunos aprendem e pela sua mobilidade social, investiu-se na **disponibilização de mais dados sobre as escolas**, com estudos sobre correlações entre resultados e contexto socioeconómico e cruzamentos entre classificações internas e externas, permitindo que as escolas tomem as suas decisões curriculares a partir de evidências;
- A aprendizagem não acaba no final da escola e não pode ser negada aos que, pelas mais variadas razões interromperam o seu percurso demasiado cedo. Por isso, foi lançado o **Programa Qualifica**, com a abertura de mais de 300 centros pelo país, com a criação do **Passaporte Qualifica**, do Sistema Nacional de Créditos e com um reforço de professores e instrumentos para a educação e formação de adultos;

- Foi feito um reforço de **730 técnicos especializados** para alunos com Necessidades Educativas Especiais e, pela primeira vez, renovaram-se os contratos a mais de 1.500 técnicos especializados, permitindo a sua continuidade nas escolas e a estabilidade da sua contratação;
- Foram abertas mais **170 salas de educação pré-escolar**, caminhando-se para a universalização para as crianças com 3 anos;
- Foram contratados mais **200 psicólogos para as escolas**, existindo hoje cerca de 900 psicólogos nas nossas escolas, aproximando-se finalmente Portugal do rácio internacionalmente recomendado;
- Foi aprovada a portaria de **rácio de pessoal não docente**, o que levou à contratação de mais 2500 Assistentes Operacionais para as escolas, dando-se prioridade aos alunos com Necessidades Educativas Especiais e às salas de educação pré-escolar;
- O combate à precariedade dos trabalhadores não docentes tornou-se efetivo com o **PRE-VPAP**, que abrangeu 6800 trabalhadores da área da educação, que lhes permite vincular aos quadros e encontrar estabilidade nas escolas onde trabalham;
- Fizeram-se **obras de requalificação** em mais de 200 escolas por todo o país, em estreita articulação com os municípios, mobilizando 350 milhões de euros de fundos comunitários. Retomaram-se obras da Parque Escolar que tinham sido suspensas em 2011;
- Foram publicadas **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar**, valorizando todas as dimensões do desenvolvimento humano e num alinhamento claro com as aprendizagens seguintes.